
ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

URBAN(C)IDADE: DIÁLOGO ENTRE A SOCIOLOGIA, A ARQUITETURA, A ECONOMIA E A GEOGRAFIA - A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO EM METROPOLIZAÇÃO, PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E SUSTENTABILIDADE

REIS, Judite Lourenço

Licenciada em Sociologia e Mestranda em Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

reis.judite@gmail.com

SALVADOR, Regina

Licenciada em Economia, Doutora em Geografia, Doutora em Economia e Agregação

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

regina.salvador@fcsh.unl.pt

CARDOSO, Sónia Paulo

Licenciada em Arquitetura e Mestranda em Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

spc.1975@hotmail.com

MARQUES, Bruno Pereira

Licenciado em Geografia e Planeamento Regional, Mestre em Gestão do Território e Mestrando em Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

pereira-marques@fcsh.unl.pt

Resumo

A relevância desta reflexão surge-nos como uma evidência clara, se a Humanidade “nasceu” na savana africana, foi nas comunidades agrárias do Próximo Oriente que se “fez” “civilizada”. Deste modo, conforme advoga O. Spengler, a história universal é em grande medida a história das cidades.

Longe de constituir um ensaio teórico e desafiador dos paradigmas existentes, procuraremos antes de mais refletir as experiências pessoais e profissionais dos proponentes da comunicação, discentes e docente do Mestrado em *Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade* e cujas formações de base variam entre a Sociologia, a Arquitetura, a Economia e a Geografia.

A Sociologia, *leitmotiv* do presente congresso, surge como Ciência no século XIX, fortemente alicerçada na necessidade de compreensão dos desafios colocados pela Revolução Industrial emergente, ou seja, da relação biunívoca entre Urbanização e Industrialização.

Contudo, a “marca” da Urbanização na Epistemologia da Sociologia não se limitou a esse ato fundacional da Ciência então emergente. De facto, as décadas de 20 e 30 do século passado viram despontar a designada Escola de Chicago, mais recentemente destacaram-se ainda autores como Manuel Castells e Saskia Sassen, apenas para referir dois dos mais conhecidos sociólogos urbanos contemporâneos.

Deste modo, demonstrada a importância da Sociologia na análise das problemáticas subjacentes às Cidades e aos Espaços Urbanos, procuraremos salientar o contributo das outras ciências e áreas do saber, uma vez que as abordagens podem ser múltiplas e só mediante uma visão sistémica e transdisciplinar se pode compreender com mais detalhe essa amplitude urbana.

Abstract

We should consider that, if mankind was “born” in the African savanna, it was in the Middle East agrarian communities that it became “civilized”. Thus, as mentioned by O. Spengler, world history is largely the history of cities.

Far from being a theoretical essay and challenging of existing paradigms, we will try to transmit the personal and professional experiences of the communication proponents, students and faculty of the Master in *Metropolization, Strategic Planning and Sustainability*, with academic backgrounds ranging from Sociology, to Architecture, Economics and Geography.

Sociology, the present congress main subject, emerged as a Science in the 19th Century, strongly supported in the need to understand the challenges presented by the emerging Industrial Revolution, i.e., the biunivocal relation between Urbanization and Industrialization.

However, the “mark” of Urbanization in the Epistemology of Sociology was not limited to the, then emerging science, foundational act. Indeed, the 1920s and 1930s saw the emergence of the so-called Chicago School, more recently stood out authors such as Manuel Castells and Saskia Sassen, just to mention two of the best known contemporary urban sociologists.

Thus, shown the importance of Sociology in the analysis of issues related to Cities and Urban Spaces, we will try to emphasize the contribution of other sciences and disciplines, because the approaches can be multiple and only through an interdisciplinary and systemic view we can understand in more detail the urban scale.

Palavras-chave: Cidade; Interdisciplinaridade; “Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade”
Keywords: City; Interdisciplinarity; “Metropolization, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade”

1. Introdução

O presente trabalho pretende, na medida do possível, contribuir para o diálogo interdisciplinar no que concerne ao estudo e compreensão das Cidades e dos Espaços Urbanos. Longe de constituir um ensaio teórico e desafiador dos paradigmas existentes, procuraremos antes de mais refletir as experiências pessoais e profissionais dos proponentes da comunicação, discentes e docente do Mestrado em *Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade* (leccionado na Universidade Nova de Lisboa, através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em associação com a Universidade Atlântica) e cujas formações de base variam entre a Sociologia, a Arquitetura, a Economia e a Geografia.

Trata-se pois de um curso dotado de saberes plurais e orientado por um *ethos* questionador, reflexivo e (pró)ativo. Norteado pelo rigor e pela partilha disciplinar, vocacionado para a práxis, ou quiçá para a transformação: um Mestrado que acrescenta valor às diversas formações de base e que se apresenta como um contributo relevante da arena académica para a sociedade civil. Na senda de Paulo Freire (1993), incontestável pedagogo, “[...] a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa [...]”, também Michel Foucault (apud Burchell et al. (1991) (eds.)) não ficou indiferente à relação entre “poder” e “conhecimento”, apresentando este *savoir* como uma forma específica de poder.

A relevância da reflexão subjacente ao presente texto surge como uma evidência clara, se a Humanidade “nasceu” na savana africana, foi nas comunidades agrárias do Próximo Oriente que se “fez” “civilizada”. Deste modo, conforme advoga Oswald Spengler (1880-1936), a história universal é em grande medida a história das cidades.

A Sociologia, *leitmotiv* do presente congresso, surge como Ciência no século XIX, fortemente alicerçada na necessidade de compreensão dos desafios colocados pela Revolução Industrial emergente, ou seja, da relação biunívoca entre Urbanização e Industrialização.

Contudo, a “marca” da Urbanização na Epistemologia da Sociologia não se limitou a esse ato fundacional da Ciência então emergente. De facto, as décadas de 20 e 30 do século passado viram despontar a designada *Escola de Chicago*, conjunto de teorias e reflexões que marcaram vivamente a Sociologia e todas as outras áreas do saber que concorrem para os designados Estudos Urbanos. Mais recentemente destacaram-se ainda autores como Manuel Castells (*The Rise of the Network Society*, 1996) e Saskia Sassen (*The Global City*, 1991), apenas para referir dois dos mais conhecidos sociólogos urbanos contemporâneos.

Demonstrada a relevância da Sociologia na análise das problemáticas subjacentes às Cidades e aos Espaços Urbanos, procurar-se-á agora salientar o contributo das outras ciências e áreas do saber, acima identificadas.

Neste sentido parece-nos fundamental trazer a visão do arquiteto F. Chueca Goitia (1911-2004), porque o autor foi capaz de resumir uma série de abordagens distintas entrecruzando várias disciplinas, nomeadamente: a Sociologia, relações onde interagem elementos sociais, simbólicos e espaciais, na lógica do que nos trouxe Henri Lefebvre (1901-1991) na década de 1970 com a aceção de “espaço vivido”; a Arquitetura, L. Battista Alberti (1404-1472) destacou-se pela forma holística como estudou a cidade, deixando-nos como legado o primeiro tratado moderno de Arquitetura; a Economia, em que o historiador Henri Pirenne (1862-1935) defende uma relação direta entre uma vivência urbana mais ativa e o dinamismo do comércio e da indústria; a Geografia, aqui com P. Vidal de La Blache (1845-1918) ao defender a preponderância da Natureza sobre o Homem; entre outras (Chueca Goitia, 1996).

Também o geógrafo Paul Claval (1984), laureado com a maior distinção internacional da ciência geográfica, o prémio Vautrin Lud, defende que o desenvolvimento do conhecimento sobre as cidades nas ciências sociais foi quase nulo até ao início do século XX, com excepção da Economia que desde o seu início dedicou alguma atenção às actividades nos espaços urbanos. Aliás, Pedro Costa subtrai a fronteira entre a Economia e a Geografia: “se compararmos, por exemplo, uma perspectiva mais económica com outra mais geográfica,

chegaremos provavelmente à conclusão que, em geral, há uma correspondência entre as transformações nas relações económicas e as diferentes formas de organização do espaço subjacentes ao processo de industrialização.” (1993: p. 19).

Para P. Claval a compreensão actual dos fenómenos urbanos beneficiou dos contributos de várias ciências sociais: a Antropologia, da qual retemos o carácter transcultural da urbanização; a História, através do estudo da urbanização associada à Revolução Industrial e do papel das técnicas e das artes na evolução do urbanismo; a Sociologia, pelo estudo do contraste entre meio rural e meio urbano e das fraturas e estratificações sociais (destacando-se autores com influência transversal a outras ciências, como Karl Marx, Max Weber e os membros da *Escola de Chicago*); e a Economia, desde as reflexões de William Petty sobre o crescimento de Londres e o seu impacto na economia, destacando ainda os pioneiros trabalhos de Alfred Marshall sobre a localização das actividades económicas, os modelos de organização do espaço da geografia económica alemã (de Johann Heinrich von Thünen a August Lösch) ou os trabalhos de William Alonso, que definiram os mecanismos de formação do preço do solo urbano.

Se é inquestionável que as abordagens à Cidade podem ser múltiplas, também é fácil de aceitar que só mediante uma visão sistémica e transdisciplinar se pode compreender com mais detalhe essa amplitude urbana. Aliás, Edgar Morin (2001), filósofo e sociólogo, apontou no final do século passado precisamente essa “religação dos saberes” como o desafio que se impunha para o século XXI, uma lógica que é também reiterada por outras disciplinas, “*strategic decisions about how best to address urban growth require the synthesis of extraordinary complex and rapidly involving knowledge from a broad range of disciplines (e. g. forestry, fisheries, urban planning, zoology, civil engineering, landscape architecture, geography, political science, sociology, psychology and economics). Effective approaches require high-performance teamwork*”. (Pickett e Grove, 2009: p. 7). Logo, os desafios da atualidade apelam a uma reflexão conjunta e obrigam a que cada um de nós contribua para “*um mundo mais «redondo», menos «arestoso» e mais humano*”, conforme disse Paulo Freire (1993: pp. 35-36).

2. A Inexorável Caminhada da Urbani(c)idade

A capacidade inventiva do homem tem acompanhado os desafios que o tempo e a Humanidade reclamam, pelo que tanto ontem como hoje assistimos à procura constante de respostas adequadas. Soluções que têm variado em função dos paradigmas vigentes, onde as cidades têm sido protagonistas e, simultaneamente, o palco da ação.

Como notado por João Seixas (ele próprio um exemplo desta transdisciplinaridade - licenciado em Economia e doutorado em Geografia Urbana e em Sociologia do Território e do Ambiente), “*A cidade, como sempre, encontra-se no centro das dinâmicas de evolução. E esta, se foi quase sempre lugar e esteio da inovação e da revolução, parece assumir agora, enfim, uma nova relevância, possivelmente extrema, nos desígnios da humanidade – e do próprio planeta. [...] As cidades mostram agora ser, definitivamente, os alicerces mais simbólicos e cognitivos de cada cultura, sociedade ou ambiente económico.*” (2006: pp. 35-36)¹.

Como é sabido, a Revolução Industrial integrou os processos simultâneos de êxodo rural e de expansão da urbanização nos Países Desenvolvidos, explicação que traduz a enorme percentagem de população que vivia em espaços urbanos no início do século XX no Reino Unido. Daí que este século tenha sido apelidado de “século da urbanização”, com a cidade a impor-se ao campo, ou seja, uma “*évolution urbaine unique dans ses causes et dans ses conséquences [...] en effet, c’est la première fois, dans l’histoire, que l’on assiste à une expansion urbaine de cette ampleur [...]*” (Bairoch, 1985: p. 549). E se é verdade que as cidades sempre tiveram uma relação direta com as actividades económicas, foi apenas no século XIX que assistimos à conjugação mais direta entre a industrialização e o capitalismo, com impacto evidente ao nível da urbanização. Demétrio Alves refere que “*diversos autores reflectiram de forma crítica o problema da cidade industrial típica do século XIX, desde Owen e Carlyle a Ruskin e Morris, de Fourier e Cabet a Proudhon, Engels e Marx. A industrialização, a democracia, as contendias de classe, o lucro, a exploração do trabalho*

humano, aparecem nos escritos dos referidos autores com frequentes alusões ao pensamento de Rousseau, Adam Smith, Ricardo e Hegel.” (2008: p. 17).

Neste mesmo sentido, o engenheiro civil e urbanista Jean-Paul Lacaze menciona que, “as primeiras reflexões sobre o urbanismo, no sentido actual, do termo, surgem na segunda metade do século XIX. Elas são provocadas pela constatação de que a industrialização amontoa as massas populares nos bairros sórdidos onde as condições de vida são pavorosas. [...] Cientistas e políticos começam a ter consciência da amplitude do problema da cidade e a procurar soluções globais.” (1999: pp. 36-37). De certa forma, os industriais filantropos George Cadbury e os irmãos Lever, entre outros, vieram a concretizar essa “solução global”, quando propuseram intervenções urbanísticas capazes de interligar, tão harmoniosamente quanto possível, emprego, habitação e fruição social e cultural.

Assim, destaca-se o surgimento da cidade de Port Sunlight, localizada na margem do Rio Mersey nas proximidades de Liverpool e desenvolvida pelos irmãos Lever que, ao redor da sua fábrica de sabões e detergentes construíram, entre 1899 e 1914, um conjunto residencial com cerca de 800 habitações capazes de albergar 3500 habitantes e que incluía edifícios públicos, tais como escolas, um hospital, uma galeria de arte, uma sala de concertos, uma piscina, uma igreja e um hotel. O “projeto social” destes empresários previa ainda a repartição de lucros com os funcionários.

A importância histórica de Port Sunlight resulta da combinação do modelo de habitação social/industrial, no sentido de proporcionar condições de habitabilidade minimamente decentes para os operários, com os valores arquitetônicos e paisagísticos dos “subúrbios ajardinados”, influenciados pelas ideias de William Morris e do Movimento das *Arts and Crafts*².

O “urbanista” Ebenezer Howard concretizou estas reflexões de uma forma ainda mais profunda, propondo o conceito de “Cidade-Jardim”³. Este, entendido como um novo modelo de organização social, econômica e territorial, assente no surgimento de cidades-satélite face à cidade central. Pois, com o dinamismo da rede de transporte fixo pesado (*i.e.* comboio), impulsionaram-se as deslocções pendulares diárias, permitindo compreender na periferia a componente residencial (com habitação unifamiliar e melhores condições de habitabilidade), mantendo na cidade central a componente de emprego, essencialmente industrial.

Apesar de ser ponto assente que a marcha da urbanidade estava em curso, percebia-se que com o avançar do século essa marcha ia acelerando, assistindo-se ao ultrapassar das suas próprias fronteiras. Esta passou a representar mais do que o “espaço físico em si”, acabou por compreender a síntese da civilização, tornando-se assim “*a way of life*” conforme Louis Wirth (1938). Não obstante, e ainda no domínio da Sociologia, Robert E. Park et al. (1925) tinham identificado a simbiose entre a “*density and diversity*” presente na cidade.

Mas esta nova forma de viver, que o ditado medieval – “o ar da cidade liberta” – espelha, trouxe consigo novas atitudes caracterizadas pela reserva e pelo anonimato, onde “[...] *é frequente não conhecermos, sequer de vista, aqueles que durante todo o ano são nossos vizinhos.*” (Simmel, 2004: p. 83).

Lewis Mumford na obra *The City in History* (1961) torna claro esse “galgar” da urbanidade ao esclarecer que em 1800 apenas 2% da população mundial vivia nas cidades, enquanto que em 1950 o número subiu para os 29%. Atualmente, mais de uma década volvida sobre o século XXI, cerca de 60% da população mundial é urbana. De salientar que, nos Países em Desenvolvimento, o vertiginoso processo de urbanização está sempre associado a altos índices de crescimento demográfico. Neste conjunto de países, a percentagem de população urbana tem aumentado mais rapidamente que a total. As palavras pronunciadas pelo Programa Internacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano são por demais evidentes desta realidade: “*The world is inexorably becoming urban. [...] In the next 20 years, Homo sapiens, «the wise human», will become Homo sapiens urbanus [...]*” (UN-HABITAT, 2010: p. viii).

3. A Cidade como um (ecos) sistema

A cidade de Chicago foi emblemática desta realidade, pois em meio século – 1850 a 1900 – assistiu-se a um crescimento exponencial, dos quais, cerca de metade, seriam imigrantes. Portanto todo esse fervilhar social de 1920-30 foi laboratório de novas abordagens para a *Escola de Chicago*.

Esta, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de investigadores que integravam o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, produziu um vasto e diverso conjunto de investigações que versavam fenómenos sociais específicos desta grande metrópole norte-americana. Com a formação da *Escola de Chicago* inauguram-se novos campos de pesquisa sociológica, centrados exclusivamente nos fenómenos urbanos, que levou à constituição tanto da Sociologia Urbana, como da Ecologia Humana, como novas “áreas do saber” mais especializadas⁴. Muito em associação com o processo de expansão urbana e o crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do século XX, resultado, obviamente, do acelerado desenvolvimento industrial. Decorrente desse processo, a cidade assistiu ao aparecimento de fenómenos sociais urbanos (à data designados por “patologia social”), nomeadamente, o crescimento do desemprego, da criminalidade, da delinquência juvenil, dos “sem-abrigo”, a imigração e, com ela, a formação de várias comunidades segregadas, ou seja, os guetos. Daí que esses problemas sociais se tenham convertido nos seus principais objetos de pesquisa. Todavia, os estudos dos problemas sociais acabaram por estimular a elaboração de novas teorias e conceitos sociológicos, além de novos procedimentos metodológicos. Deve-se à primeira geração de sociólogos desta Escola – Albion Small; Robert E. Park; Ernest Burgess; Roderick McKenzie e William Thomas – o primeiro programa de estudos de Sociologia Urbana.

Numa abordagem mais contemporânea, o contributo da *Escola de Chicago* parece continuar a revelar-se importante para o progresso de novas pesquisas, que têm vindo a designar-se por “estudos psicossociológicos em meio urbano” (cf. Machado⁵, 2005: p. 137).

4. Da Cidade Moderna à Pós-Moderna...

Quanto à Europa, foi a *Carta de Atenas* que firmou um marco, definindo novos rumos à arena urbanística. A *Carta de Atenas*, ou originalmente *Charte d'Athènes* é um documento sobre Urbanismo publicado por Le Corbusier em 1943, baseado no seu livro *Ville Radieuse* (“Cidade Radiosa”) publicado em 1935 e nos resultados do CIAM (*Congrès International d'Architecture Moderne*) realizado em 1933 (cf. Le Corbusier, 1995: p. 41).

Neste sentido, Le Corbusier escreveu, sob a forma de manifesto, que “*um mundo resoluto e definitivamente técnico abre ao espírito horizontes inesperados, desconhecidos e ilimitados. O sonho escancara as suas portas. Técnica e espiritualidade encontram-se estritamente solidárias. Uma maneira de pensar conforme com as aptidões da época actual fomenta um novo estado de consciência: esta consciência, alimentada das seivas dos nossos dias, edificará naturalmente as suas construções, receptáculo e abrigo dos homens, das coisas e dos pensamentos. Deste modo, abriu-se já a era da renovação*”. (1995: p. 164).

Na perspetiva de François Ascher, conhecido urbanista, com formação base em Economia, “[...] podemos também, numa certa medida, qualificar este período de “tayloriano-fordiano-keynesiano-corbusiano”, tal foi a forma como Corbusier [...] simbolizou neste período a corrente dita do urbanismo moderno.[...] De facto, Le Corbusier leu Taylor muito cedo, visitou as fábricas Ford e teve concepções perfeitamente compatíveis com as de Keynes sobre o papel dos poderes públicos. [...] Uma outra dimensão do interesse de Le Courbusier por Ford prende-se também com o seu fascínio pelo automóvel, que será para ele a referência moderna por excelência.” (Ascher, 1998: 54-56).

Deste modo, o período pós-II Guerra Mundial conjugou uma série de fatores que se retroalimentaram mutuamente: a necessidade de reconstrução das principais cidades da Europa Ocidental, o crescimento demográfico decorrente tanto da componente natural (“baby-boom” do pós-guerra), como da componente

migratória (fatores *push and pull* ou “atração-repulsão” que trouxeram milhões de migrantes da Europa do Sul para a Europa do Norte e Ocidental), a industrialização massiva (financiada, nomeadamente, pelo Plano Marshall e na senda do Paradigma Funcionalista das políticas de desenvolvimento regional alicerçado, entre outras, na Teoria dos *Pólos de Crescimento* de François Perroux) e a expansão das áreas urbanas para além dos domínios administrativos (e funcionais) da cidade “tradicional” (baseada na “democratização” do acesso ao automóvel individual e no baixo custo relativo dos combustíveis).

O conteúdo do Mestrado remete-nos para o processo de “Metropolização”, a que Ascher chamou – “*um processo que transcende a metrópole*.” Mas falar de metrópole obriga-nos a recordar George Simmel (1858-1918) que via a modernidade como contraditória, na medida em que por um lado aliena, por outro liberta. Mas a *metrópole e a vida mental* é o reconhecimento da função social desse conflito, onde as “formas sociais” acabam por ser condição *sine qua non* à vida quotidiana. (Ferreira et al., 1995).

Atualmente, à metrópole são devidos os primeiros sinais de mudança, incubadora do emergente (de movimentos, dinâmicas e práticas sociais), lugar de elasticidade, polissemia e heterogeneidade que se assume como “laboratório” de experiências. Mas Raymond Ledrut em *Sociologie Urbaine* (1968) vai mais longe quando considera a cidade como um “sujeito” atribuindo-lhe características morfológicas, nomeadamente ao nível demográfico, características funcionais, primeiramente definidas na *Carta de Atenas* (habitar; trabalhar; circular e cultivar o corpo e o espírito) e características estruturais, que combinam elementos sociais e espaciais; apesar de Lefebvre (1999) acusar os planeadores urbanos de menosprezarem ou ignorarem, por completo, os elementos sociais e simbólicos em detrimento dos espaciais. O autor vê a cidade como “espaço vivido”, sendo a “forma” que lhe dava definição, “a forma urbana” onde cabiam as representações sociais do urbano. Wirth reconhecia uma cidade “*como um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos [...] que conjuga quatro características fundamentais: dimensão, localização, idade e função que globalmente definiriam determinados «modos de vida»*.” (1938: 104).

A propósito, e porque são muitos os autores que se têm vindo a debruçar sobre o paradoxo da “Metropolização”, sugere-se a leitura das obras *Enjeux de la sociologie urbaine* (Bassand, Kaufmann e Joye, (orgs.) (2007)), *Confiança e medo na cidade* (Bauman, 2009) e *Plural de cidade: novos léxicos urbanos* (Fortuna e Leite (orgs.) (2009)), na medida em que acabam por se constituir como compêndios na forma de olhar a cidade, podendo assim assumir-se como uma ferramenta de referência para a melhor compreensão desse caleidoscópio urbano. Outra perspetiva, a de Jean Rémy e Liliane Voyé, quando enfatizaram a forma como a mobilidade espacial estrutura e organiza o quotidiano, “[...] o que supõe a possibilidade e a capacidade de ser móvel [...]” (2004: p. 65) e como sem ela se fica interdito de uma potencialidade, técnica e social, imprescindível à vida urbana. Assim, os meios de comunicação e de transporte são apropriados pelos atores sociais em função do seu próprio capital, seja ele económico ou social, com tradução num extenso gradiente social que vai da imobilidade total, indutora de acantonamento, à mobilidade plena, galvanizadora de oportunidades. Ideia bastante vinculada por Luís Vicente Baptista⁶, na matéria abordada na disciplina de *Cidade e Metrópole*.

Não obstante a “modernidade” deste crescimento urbano-demográfico-industrial foi claramente posta em causa a partir da década de 70 do século passado, motivado quer pela crescente perceção da degradação ambiental e social vivida nas grandes cidades, quer pelos “choques petrolíferos” de 1973 (Guerra do Yom Kippur e consequente embargo dos países árabes produtores de petróleo) e 1979 (revolução islâmica no Irão e deposição do Xá) (cf. Salvador⁷ e Marques, 2005).

Deste modo, a cidade “fordista” ou “modernista”, caracterizada por uma forte dispersão urbana, pelo crescimento dos subúrbios e pela degradação e abandono dos centros históricos das cidades conheceu uma “crise”. A nova estrutura urbana (e económica) emergente tem sido descrita por determinados autores como “*Pós-Fordismo*”, “*Pós-Keynesianismo*”, “*Pós-Industrial*” ou “*Pós-Modernismo*”. (cf. Marques, 2002: pp. 29-30).

Nesta linha de pensamento Seixas refere que,

Uma vasta série de pensadores, intelectuais e artistas tem focado as suas atenções na tentativa de entendimento (e de recriação) do que parece ser, face ao processo evolutivo da humanidade, um tempo de mudanças de carácter paradigmático (...). Alguns [...] focando-se essencialmente nas transformações de carácter geográfico-económico, denominaram estes novos tempos de pós-fordismo (como Massey em 1984, Lipietz em 1985 e 1994, e ainda Amin, Esser/Hirsch, e Jessop, também em 1994) (...). Num outro sentido, de escala mais abrangente (...), outros pensadores têm debatido os processos e os conteúdos de uma era de pós-modernismo (com Dear, 1988, Harvey, 1990, Sousa Santos, 1994 ou Amendola, 2000), o que por sua vez também sugere um contraponto com a (primeira) modernidade. (2006: p. 31).

A geógrafa Teresa Sá Marques (2002: pp. 31-32) demonstrou ainda a polissemia subjacente aos processos contemporâneos de urbanização, ditos “pós-modernos”, enunciando conceitos como *Exurbia* (Nelson, 1992), *Edge City* (Garreau, 1991) *Outer City* (Herrington, 1984), *Ville Troisième* (Mongin, 1995), *Ville Archipel* (Viard, 1994) *Métapolis* (Ascher, 1995), *Ville Étatée* (Haumont e Levy, 1998), *Ville Émergente* (Dubois-Taine e Chalas, 1997) e *Pulp Urbanscape* (Gaspar, 1999), entre outros.

Estes novos espaços urbanos surgiram como resposta a uma série de novas exigências e mudanças ao nível tecnológico, social e económico. A investigadora refere que alguns autores consideram que os processos de urbanização ocorridos nos últimos 30/40 anos correspondem a diferentes formas de “modernismo”, pelo que podemos considerar a emergência de uma “urbanização pós-modernista”, enquanto outros consideram que nos encontramos apenas num período mais avançado do “modernismo”. Contudo, para entender e analisar a riqueza e complexidade do presente processo de urbanização, não devemos apenas “ver” as formas físicas da cidade, mas também tentar entender os mecanismos económicos e sociais de construção do espaço, os seus códigos e espaços sociais de representação (cf. 2002: p. 31). Pierre Veltz, com formação eclética, desde a Engenharia às Ciências Sociais, reconheceu que “*Simmel a magnifiquement montré au début du siècle, que la métropole n’est pas seulement le lieu physique de la modernité, mais qu’elle en représente et en façonne les structures et les dynamiques*” (1999: p. 60). Kevin Lynch, uma referência no Urbanismo, também reiterou esta ideia ao afirmar “*que a cidade é toda uma construção no espaço [...] não é apenas um objecto perceptivo*” (1999: pp. 11-12). Paralelamente, Luís Vicente Baptista percebeu que “[...] *o território enquanto espaço firmado de relações sociais que se localizam, se entende aqui como uma realidade em que nem sempre as coisas que existem se revelam materialmente [...].*” (2003: p. 41).

5. Cidade e Economia: duas faces da mesma moeda?

A Cidade, vista sob o prisma da Economia, é, conforme referido por Álvaro de Campos, na sua *Ode Triunfal*, “*promíscua fúria de ser parte-agente*”, sentido que Mario Pòlese tão bem soube interpretar quando referiu que “*a urbanização é uma consequência incontornável do desenvolvimento económico e nenhum país escapou, até hoje, a esta lei.*” (1998: p. 32).

A concentração geográfica da actividade económica, nomeadamente nas áreas urbanas, constitui uma evidência clara da presença de rendimentos crescentes à escala, ou Economias de Escala, “*esta concentração [...] é o caso mais evidente da geografia económica.*” (Pontes e Salvador, 2002: 264). De forma mais clara e pedindo de empréstimo as palavras de Rogério Gomes, jurista de formação e com doutoramento na área do Ambiente e do Ordenamento do Território, podemos considerar que,

“[...] como defende Soja, pode muito bem ter acontecido que em ocasiões diversas [...] tenha sido a gradual densificação demográfica urbana e o sinecismo a provocar a necessidade do desenvolvimento acelerado da agricultura e não ao contrário. [...] o que atestaria a tese da importância decisiva da espacialidade para o desenvolvimento humano desde o surgimento do espaço urbano e sobre [o] qual imperariam necessariamente os símbolos, as decisões e os padrões necessários [...]. Tal empreendimento exigiu capacidades artísticas, conhecimentos ambientais, tecnologia e organização

social. Elementos não explicáveis no contexto das necessidades simples de um pequeno grupo de agricultores sedentarizados “intramuros”. Ganha por isso mais interesse a tese de Soja [...] o espaço urbano foi concebido e edificado como uma expressão auto-consciente de uma cultura local e regional [...].” (2011: pp. 55-56).

Deste modo torna-se fundamental definir o conceito de Economia de Escala, entendido como o processo produtivo em que ocorre a maximização na utilização dos factores produtivos envolvidos, o que resulta em custos de produção mais baixos e no incremento de bens e serviços disponibilizados.

E, para sermos o mais claro possível, a decisão de construir um Hospital, pressupõe, entre variados aspetos, a existência de um limiar mínimo de população (ou, por outras palavras, de uma determinada escala demográfica) que justifique a mesma, o que ocorre tendencialmente nos espaços urbanos. Nesta perspetiva, quando a dimensão demográfica-urbanística de uma cidade atinge um determinado ponto de “ruptura” em relação às infraestruturas existentes, podem ocorrer as chamadas Deseconomias de Escala. Por exemplo, em grande parte das cidades dos Países em Desenvolvimento, o crescimento demográfico e urbanístico é de tal magnitude, que rapidamente as infraestruturas (redes de abastecimento de água e saneamento, rede viária, etc.) e os equipamentos coletivos (hospitais, escolas, etc.) entram em saturação e não conseguem responder com eficiência às solicitações da população.

Além da mencionada escala ou dimensão, as cidades distinguem-se por promoverem a proximidade e a aglomeração dos indivíduos, das suas atividades e das suas ideias, surgindo assim a noção de Economia de Aglomeração, que pode ser entendida como os “(...) *ganhos de produtividade que são atribuíveis à aglomeração geográfica das populações ou das actividades económicas*” (Polèse, 1998: p. 77).

Segundo o antigo Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, primeiro Bastonário da Ordem dos Economistas e principal difusor da Economia Regional e Urbana em Portugal, António Simões Lopes (2002: p. 40), foi o trabalho pioneiro – *An inquiry into the principles of political economy* (1767) – de Sir James Stuart que explicou pela primeira vez o tamanho dos aglomerados e as vantagens e desvantagens dos centros urbanos de grande dimensão.

Outro conceito associado é o de Externalidade (ou Economia Externa), a qual ocorre quando um agente económico beneficia de determinados efeitos (positivos ou negativos) decorrentes da sua localização geográfica, para os quais não contribuiu, ou pelo menos não contribuiu diretamente. Neste sentido, e à laia de exemplo, os efeitos da poluição⁸ resultantes da localização de áreas habitacionais perto de indústrias surge como uma Externalidade Negativa, já a localização de habitações perto de um Hospital ou de uma Escola constitui uma Externalidade Positiva.

Alfred Marshall, nome cimeiro da Economia Neoclássica, foi o primeiro investigador a descrever e analisar o funcionamento das aglomerações económicas conforme atestam os seus trabalhos *Principles of Economics* e *Industry and Trade* de 1890 e 1919, respetivamente. Com base nos centros industriais têxteis de Manchester e Sheffield do século XIX, os quais qualificou de “distritos industriais”, avançou com a formulação dos conceitos de “economias externas”, “economias de aglomeração” e “atmosfera industrial”. Marshall argumentou que a concentração industrial e a especialização setorial induzem à concentração de mão-de-obra qualificada, promovendo a circulação de informação e de *know-how* entre as empresas, produzindo assim vantagens para as mesmas. Nos Distritos Industriais as empresas são parte integrante do território. Esta perspetiva marshalliana expressa a ideia de “*embeddedness*” para explicar o seu funcionamento: um enraizamento na matriz sócio-cultural local que constitui a base de princípio e sustentação de Economias de Aglomeração propiciadoras de vantagens empresariais.

Mais recentemente, desde a década de setenta do século XX, e independentemente das diferentes reflexões teóricas sobre o papel da concentração geográfica em áreas urbanas – “Sistemas Produtivos Locais” para autores italianos como os economistas Giacomo Becattini, Gioacchino Garofoli e Sebastiano Brusco ou o sociólogo Arnaldo Bagnasco, “Clusters” para o economista (com formação de base em engenharia) Michael

Porter, “Milieux Innovateur” para Manuel Castells e o GREMI⁹, “Cidades Globais” para a Saskia Sassen, ou “Cidades Criativas” para o urbanista (com formação inicial em Ciência Política) Richard Florida –, é de notar que os diferentes autores recuperam sempre alguns aspectos da investigação de Alfred Marshall, cunhando o que por vezes surge como “economia cognitiva-cultural”, “economia intensiva em conhecimento e inovação”, “nova economia” ou “economia pós-fordista/pós-industrial”.

6. Mais cidade vs. Melhor cidade

Carlos Fortuna (2002), a propósito do aumento exponencial da população a viver em espaços urbanos, avança que o grande desafio que se coloca hoje às cidades é mais do que construir “mais cidade”, o de construir “melhor cidade”. E o arquiteto-urbanista Oriol Bohigas, em entrevista recente ao jornal *El País*, também o defendeu. O seu apelo – “*la gente tiene que protestar para que se mejoren las ciudades*” - não deixa margem para dúvidas.

Já em 1974, Lisboa, mais especificamente o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), recebeu Henri Lefebvre que nos trouxe a conferência “O pensamento Marxista e a Cidade”. Há quase 40 anos o defensor do “direito à cidade” constatou que “[...] *A cidade foi e continuará a ser uma totalidade: qualquer coisa mais do que os seus elementos estruturais e funcionais [...]. A cidade reúne todos os níveis da realidade e da consciência (agentes sociológicos, económicos e políticos) e as suas estratégias, os subconjuntos ou sistemas parciais, a vida quotidiana e a festa*”. (in *O Século*, de 1-11-1974, p. 5).

Daí que Carlos Fortuna (2002: p. 129) defenda que ler sociologicamente a cidade é “*reinventar o sentido do acto e do espaço público [...]. É imaginar a conjugação da cidade com a “não”-cidade e ousar vivê-la*”.

Zygmunt Bauman (2009) junta-se a este caudal que defende a valorização do espaço público, pois segundo o autor a vida urbana deve ser satisfatória tanto para os cidadãos da “primeira fila” como para os da “última fila.” Estes últimos, de tal forma afastados do tabuleiro social, acabam por ser vítimas do desprezo social tornando-se, muitas vezes, invisíveis para os outros e para si mesmos.

Numa leitura ainda mais fina, o engenheiro Jean-Paul Lacaze soube identificar eximamente o conceito de “apropriação do espaço” (alojamento, vizinhança, bairro, cidade ou vila, palavras suas), considerando que isso “*consiste em estabelecer com ele relações afectivas ricas de sentido [...]. A apropriação não pode ser decretada; ela resulta, mais ou menos rapidamente e mais ou menos intensamente, da frequência repetitiva dos lugares, da possibilidade de melhorá-los um pouco, de marcá-los com objectos pessoais ou com hábitos de frequência*”. (1999: p. 26). Muitas vezes tomámo-las como áreas disciplinares “rivas”, no entanto, esta leitura que a arquitetura traz pela mão de Pedro Ressano Garcia (2010: p. 149) vem provar precisamente o contrário, os “[...] *espaços públicos [devem ser] generosos mas, sobretudo, humanistas, de ambientes caracterizados para favorecer o encontro, a permanência e o usufruto público [...]*”.

7. Desafio(s) à transdisciplinaridade

Há quase duas décadas já, o economista Pedro Costa (com formação complementar em Planeamento Regional e Urbano), introduzia a questão “Uma sociologia, geografia ou economia urbanas?”. A resposta surge-nos pela pena de António Fonseca Ferreira¹⁰, com formação de base em Engenharia Civil, que se destacou como difusor da primeira versão do Plano Estratégico de Lisboa, assumindo posteriormente o cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que conduziu durante cerca de dez anos, quando afirmou que “*o planeamento estratégico é, seguramente, mais do que uma metodologia ou uma técnica de planeamento. É um novo paradigma [...]*” (2007: p. 127).

Efetivamente, compartimos tal apreciação, cabendo ao planeamento estratégico abraçar as múltiplas abordagens em prol da cidade.

Parece-nos incontornável reconhecer a necessidade de afastar a “falsa” homogeneidade com que é frequente olhar para os múltiplos utentes da urbanidade, antes pelo contrário há que intuir as diferentes realidades. Caminhar pela cidade é simultaneamente perceber a sua dualidade, já identificada por Manuel Castells, onde coexiste o sem-abrigo com o CEO da mais prestigiada multinacional. Ainda nesta dicotomia, registam-se realidades que variam da desfiliação – inexistência do sentimento de pertença e corte com os laços familiares e sociais – à inserção nas mais complexas redes de conhecimento e inovação. Uma mesma cidade, mas “poderes” completamente desiguais.

As Cidades, a par com os indivíduos, padecem desta ambivalência. Enquanto umas se encontram em decadência demográfica, económica e, consequentemente, social e política, *Shrinking Cities* – cidades cujos núcleos urbanos conhecem processos de reestruturação ou decadência, isto obviamente em associação à perda de habitantes e actividades económicas – outras, em contraciclo, são alvo de dinâmicas de revitalização, beneficiando da gentrificação ou nobilitação urbana (conceito cunhado por Ruth Glass, em 1964) e do desenvolvimento das indústrias criativas (termo difundido por Richard Florida).

Isabel Guerra (2000), na mesma orientação de Fonseca Ferreira, também aponta o planeamento estratégico como uma ferramenta essencial para lidar com os problemas da modernidade, útil tanto para gerir e otimizar recursos, cada vez mais escassos, como para dirimir e/ou consensualizar interesses conflitantes que recenseamos, sobretudo nos espaços mais heterógenos e plurais da urbe.

Desafios amplos nesta cruzada plural da transdisciplinaridade parecem ter clamado pelo Mestrado em Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade. Um programa de estudos que pretende responder quer aos desafios das cidades contemporâneas, quer às exigências do mercado de trabalho.

Bibliografia

Alves, Demétrio (2008). Explosão Urbanística e Implosões Urbanas na AML: o papel das administrações públicas. Trabalho de Projeto de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ascher, François (1998). Metapolis: acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta.

Bairoch, Paul (1985). De Jéricho à Mexico – Villes et Economie dans L'Histoire, Paris: Arcades Gallimard.

Baptista, Luís Vicente (2003). Territórios, Imagens e Poderes. In Graça Índias Cordeiro, Luís Baptista & António Firmino da Costa (orgs.), Etnografias Urbanas (pp. 35-42). Oeiras: Celta.

Bassard, M., Kaufmann, V. & Joye, D. (2007) (org.). Enjeux de la Sociologie Urbaine, Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.

Bauman, Zygmunt (2009). Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Burchell, G., Gordon, C. & Miller, P. (1991) (eds.). The Foucault Effect: Studies in Governmentality: with Two Lectures by and an Interview with Michel Foucault. London: Harvester Wheatsheaf Press.

Chueca Goitia, Fernando (1996). Breve História do Urbanismo. Lisboa: Editorial Presença.

Claval, Paul (1984). Géographie humaine et économique contemporaine. Paris: Presses Universitaires de France.

- Costa, Pedro (1993). Cidades e urbanização em Portugal: uma sociologia, geografia ou economia urbanas?. SOCIUS Working papers, 4/1993, 1-25.
- Ferreira, António Fonseca (2007). Gestão Estratégica de Cidades e Regiões. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, J.M. Carvalho et al. (1995). Sociologia. Lisboa: McGraw-Hill.
- Fortuna, Carlos & Leite, Rogério Proença (2009) (org.). Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos, Coimbra: Almedina.
- Fortuna, Carlos (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 123-148.
- Freire, Paulo (1993). Política e educação. São Paulo: Editora Cortez.
- Garcia, Pedro Ressano (2010). Plataforma Tejo - o Regresso ao Rio: a frente ribeirinha de Lisboa e o século XXI. Lisboa: Fundação Serra Henriques.
- Gomes, Rogério (2011). Um Modelo de Organização Regional para Portugal. Tese de Doutoramento. Monte da Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Guerra, Isabel (2000). O Planeamento Estratégico das Cidades: organização do espaço e acção colectiva. Cidades – Comunidades e Territórios, 1, 37-55.
- Lacaze, Jean-Paul (1999). A Cidade e o Urbanismo. Lisboa: Instituto Piaget.
- Le Corbusier (1995). Maneiras de Pensar o Urbanismo. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Ledrut, Raymond (1968). Sociologie Urbaine. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lefebvre, Henri (1999). A Revolução Urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Lynch, Kevin (1999). A Boa Forma da Cidade. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, António Simões (2002). O espaço económico. In Costa, José Silva (coord.) Compêndio de Economia Regional. (pp. 35-59) Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Machado, Paulo (2005). As malhas que a (C)idade tece – mudança social, envelhecimento e velhice em meio urbano. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Marques, Teresa Sá (2002). Dinâmicas territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI). Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Morin, Edgar (2001). O Desafio do século XXI: Religar os Conhecimentos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Munford, Lewis (1961). The city in history: its origins, its transformations, and its prospects. New York: Harcourt, Brace & World.
- Park, Robert E. et al. (1925). The City: Suggestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment. Chicago: University of Chicago Press.
- Pickett, Steward T.A. & Grove, J.M. (2009). Urban ecosystems: What would Tansley do?. Urban Ecosystem, 12, 1-8.

Pontes, José Pedro & Salvador, Regina (2002). A Nova Geografia Económica. In Costa, José Silva (coord.) Compêndio de Economia Regional. (pp. 263-281) Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.

Rémy, Jean & Voyé, Liliane (2004). A cidade: rumo a uma nova definição? Porto: Afrontamento.

Salvador, Regina & Marques, Bruno Pereira (2005). Geopolítica do Petróleo: de Estrabão à(s) Guerra(s) do Iraque. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 18, 191-200.

Seixas, João (2006). Lisboa: uma análise crítica à governação da cidade. Tese de Doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Barcelona: Universidade Autónoma de Barcelona.

Simmel, Georg (2004) [1903]. As Metrópoles e a Vida Mental. In Simmel, G., Fidelidade e Gratidão e Outros Textos (pp. 75-94). Lisboa: Relógio D'Água.

Veltz, Pierre (1999). Métropolisation et formes économiques émergents”, In Heurgon, Edith & Stathopoulos, Nikolas (ed.) Les métiers de la ville: les nouveaux territoires de l'action collective. (pp. 54-66). Cerisy-la-Salle: Editions de l'Aube.

Wirth, Louis (1938). Urbanism as a Way of Life. American Journal of Sociology, 44, 1-24.

UN-HABITAT (2010). State of the World's Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide. London: Earthscan.

¹ Na senda do referido, importa introduzir o conceito de resiliência, aclarado na disciplina de *Riscos Ambientais em Meio Urbano*, por Carlos Russo Machado. A *Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas* (UN/ISDR 2002) define resiliência como “a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade para resistir ou para mudar a fim de que possam obter um nível aceitável de funcionamento. Esta capacidade é determinada pela capacidade do sistema social se auto-organizar, aprender, adaptar e recuperar de um desastre”.

² William Morris (1834-1896), poeta e pintor, um dos fundadores deste movimento, discípulo de John Ruskin (1819-1900), crítico de arte, reconhecido pelos ensaios sobre arte e arquitectura, considerava que as obras do passado se deveriam manter intactas. Inspirou a criação do movimento *Arts and Crafts* – Movimento artístico inglês que favorecia o artesanato, em detrimento da produção em série, elevando os artesãos à condição de artistas.

³ Este conceito foi também abordado pelo biólogo João Vilhena na disciplina de *Estrutura e Funcionamento dos Ecossistemas Urbanos*, quando abordou a temática relacionada com os corredores verdes em meio urbano.

⁴ Nesta linha de pensamento, os temas abordados na disciplina de *Estrutura e Funcionamento dos Ecossistemas Urbanos*, permitiram compreender que, se num determinado ecossistema existir um maior grau de biodiversidade, o número de espécies existentes será consequentemente superior, assim como, a inter-relação entre os indivíduos destas e o nível de inter-dependência entre as mesmas.

Um paralelismo semelhante poderá ser aplicado às cidades. No caso de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, foi sintomático para o estudo e compreensão da inter-relação entre indivíduos de diferentes origens étnicas e classes sociais (*i.e.* “espécies”) e a apropriação que os mesmos faziam do espaço. Esta analogia entre as leis da Biologia e da Ecologia foi de tal maneira evidente que o novo ramo do conhecimento surgido a partir desta realidade designou-se, precisamente, por Ecologia Humana. Este conceito foi ainda desenvolvido, no âmbito do mesmo mestrado, por Paulo Machado, investigador no Núcleo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

⁵ Que no Mestrado aqui analisado lecionou na disciplina de *Cidade e Metrópole*.

⁶ No Mestrado em foco ministrou também na disciplina de *Sustentabilidade, Metropolização e Competitividade Urbana*.

⁷ Docente das disciplinas de *Empreendedorismo Territorial e Governança e Sustentabilidade, Metropolização e Competitividade Urbana*.

⁸ Atento a esta realidade, a comunidade internacional, no ano de 1987, publicou o Relatório *Our Common Future* que adoptou formalmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável e define-o como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias

necessidades (WCED, 1987). Este relatório, elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, é igualmente conhecido como o “Relatório Bründtland”.

O Protocolo de Quioto veio introduzir, em 1997, uma abordagem mais programática, consequência de outros eventos, nomeadamente a *Conference on the Changing Atmosphere* de Toronto, em 1988, e a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*, na ECO-92, no Rio de Janeiro.

Estes conteúdos foram transmitidos por Nelson Lourenço, Magnífico Reitor da Universidade Atlântica, docente da disciplina de *Sustentabilidade, Metropolização e Competitividade Urbana*, cargo que acumula com a presidência da *International Geosphere-Biosphere Programme*, em Portugal.

⁹ *Groupe de Recherche sur les Milieux Innovateur*.

¹⁰ Docente das matérias de *Prospectiva e Planeamento Estratégico*.